

EXPANSÃO FLORESTAL NA REGIÃO DO PLANALTO SERRANO CATARINENSE: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PROPRIETÁRIOS RURAIS

Roberto Rochadelli*, Rodrigo Haendchen Mendes**, Alessandro Vinicios Schneider***,
Camila Ricari Menon****, Cátia Regina Augustin****

*Eng. Florestal, Dr., Departamento de Economia Rural e Extensão, UFPR - nashtell@ufpr.br

**Eng. Florestal, M.Sc. - rhomendes@yahoo.com.br

***Administrador, M.Sc., UNIMEO/CTESOP - schneideravs@ig.com.br

****Acadêmica de Engenharia Florestal, UFPR - mila_ricari@yahoo.com.br - catiaraugustin@ig.com.br

Recebido para publicação: 30/08/2006 – Aceito para publicação: 27/10/2007

Resumo

A valorização da madeira está transformando o planalto catarinense, tradicional área agropecuária, em uma região de base florestal. Porém, a demanda gerada por terra e o consequente aumento de valor desse recurso estão se tornando um entrave para os investidores. Uma das saídas para esse impasse é o acesso à terra sem a necessidade de sua posse, adotando-se formas alternativas de plantios florestais, como arrendamento e fomento, entre outras. Essas atividades transformam investidores e agricultores em parceiros, viabilizam a produção e têm repercussão social e ambiental. O objetivo deste trabalho foi traçar o perfil dos proprietários da região, proporcionando aos agentes do mercado florestal meios para tomada de decisões relativas ao recurso *terra*. Foram aplicados 109 questionários, e, para análise, o conjunto pesquisado foi dividido em 4 grupos de proprietários: os que reflorestaram por meio de fomento, os que reflorestaram por meio de arrendamento, os que reflorestaram com recursos próprios e aqueles que não apresentaram interesse na atividade florestal. O estudo concluiu que predomina o reflorestamento com recursos próprios, e que a maioria dos proprietários tem idade superior a 50 anos, vive em pequena ou média propriedade e não pensa em deixá-la. O êxodo rural de jovens é intenso e gera a perspectiva de uma oferta crescente de terras para arrendamento ou venda.

Palavras-chave: Arrendamento; fomento florestal; produção florestal.

Abstract

Forest expansion in the Santa Catarina's Plateau: a perspective from the social and economical profile of landowners. The growing valorization of the log have been converted the Santa Catarina Plateau in a forest base region. However, the generated demand for land and the consequent increase in its value, is becoming an obstacle for the investors. Thus, one of the issues for this problem is the land use without possession, adopting alternatives models for reforestation as leasing, fomentation and others. When developing this activities, they have looked for make the agriculturist a partner in their business, giving conditions to produce with social and environmental repercussion. The objective for this study was of delineate the profile of the landowners, in order to proportionate to forest market agents an expedient for decision making. 109 questionnaires were accomplished. In agreement with the results, it can be summarizing that: it's predominant the forest activity with their own resources; most of the landowners were more than 50 years-old, living in small or medium farms and they have not thought about going away from there. Due to the rural exodus of the youths, the offer of land for leasing is growing in this region.

Keywords: Leasing; forest fomentation; forest production.

INTRODUÇÃO

A crescente valorização da madeira e o aumento expressivo do plantio de *Pinus* spp. em pequenas e médias propriedades têm levado os produtores a reavaliar seus conceitos sobre a atividade florestal e os sistemas de manejo adotados. As empresas e os profissionais dessa área estão revendo suas

estratégias, com o objetivo de aproveitar as oportunidades do mercado de produtos florestais, tendo em vista a estabilização e a globalização da economia (MENDES, 2005).

O planalto catarinense, região que se desenvolveu, por vocação madeireira, pelo extrativismo da araucária e transformou-se depois em típica zona agropecuária, está se voltando, outra vez, para a silvicultura. Porém essa mudança de comportamento aumentou a demanda por terra e tornou esse fator de produção um entrave para os investidores do segmento florestal. O valor da terra aumentou nos últimos anos aproximadamente 60% na região, conforme dados dos boletins informativos do Instituto Cepa (ICEPA, 2004).

De acordo com Mendes (2005), o fornecimento de madeira na região pode ser suprido por investimentos de empresas madeireiras (celulose e papel, serraria, laminação) e de profissionais liberais, atraídos pela oportunidade de retorno da atividade. Para vencer o impasse gerado pelo alto custo e pela indisponibilidade da terra, esses investidores têm buscado alternativas para plantios florestais, como arrendamento e fomento, entre outros meios. Ao desenvolver essas atividades, buscam tornar o agricultor seu parceiro, dando-lhe condições para que permaneça no campo. Procuram, assim, minimizar aspectos sociais, como o êxodo rural, e também aspectos ambientais, incentivando a formação de um grande maciço florestal, mesmo que em áreas territoriais descontínuas, divididas em pequenas glebas mistas que conservem a vegetação nativa e a produção agrícola habitual. De acordo com o autor, para incentivar esses plantios, o governo do estado de Santa Catarina criou o Programa Florestal Catarinense, com abrangência limitada aos agricultores. Para incluir os agricultores que não se enquadram no Programa Florestal Catarinense e demais produtores interessados, empresas florestais e profissionais autônomos vêm apoiando as pequenas e médias propriedades na formação de plantios florestais com o arrendamento de terras, o fomento florestal, a venda de mudas e a difusão de tecnologia e de suportes técnicos.

Este trabalho teve por objetivo traçar um perfil dos proprietários rurais na região do Planalto Serrano Catarinense, proporcionando aos agentes do mercado florestal informações relativas ao recurso *terra* e à forma de gestão desse recurso na região estudada.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O setor florestal é representado no Brasil por 30 indústrias de papel e celulose e cerca de 15 mil indústrias de madeira, sendo 14.500 delas empresas de móveis. O setor gera aproximadamente 700 mil empregos diretos e 2 milhões de indiretos. Das indústrias de madeira e móveis (micro e pequenas, médias e grandes), 41,4% encontram-se na região Sul, gerando 42,5% dos empregos formais desse setor (PINAZZA, 2000).

O setor enfrenta atualmente um descompasso entre oferta e demanda de matéria-prima. Estudos recentes prevêem um déficit de matéria-prima proveniente de plantios florestais, comprometendo a expansão dos produtos, entre os quais celulose e papel, movelearia, siderurgia, produção de chapas e madeira serrada, no mercado nacional e, principalmente, no internacional. Segundo SBS (2001), estima-se que haverá necessidade de plantio de 630.000 ha/ano para suprir as futuras demandas. Desse total, calcula-se que 170.000 ha/ano sejam para celulose, 130.000 ha/ano para carvão vegetal e 80.000 ha/ano para energia.

O Fórum de Competitividade, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), apresentou como macrometas para suprir esse déficit e viabilizar o mercado de produtos madeiráveis, aumentar as exportações e aumentar a área florestada. O cumprimento dessas macrometas deve acontecer por meio de estratégias e ações desdobradas em pré-projetos, com aumento da oferta de madeira (política florestal e de financiamento de produção) de floresta plantada, com apoio ao esforço de expansão e com a inserção de pequenas e médias propriedades rurais, além de certificação de florestas – plantadas e nativas (BRASIL, 2001). Um dos pré-projetos apresentados ao Fórum foi o de “Financiamento da Produção de Madeira”, proposto pela Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) e pela Associação Brasileira da Indústria de Painéis Industrializados (ABIPA), tendo como objetivos identificar modelos de financiamento em função da rentabilidade do projeto florestal, formatar modelos de estruturação financeira para a retomada de investimentos em florestas e propor mecanismos de fomento à produção de madeira por pequenos, médios e grandes proprietários rurais (ABIPA, 2004).

A questão do uso e da posse da terra no Brasil tem sido tratada de maneira conservadora pela maior parte dos segmentos da sociedade. Por razões históricas e culturais, convencionou-se que apenas quem é proprietário de terras tem capacidade para utilizá-la em atividades agrossilvipastoris. Essa crença tem gerado conflitos desnecessários e paralisia econômica, porque não se avalia corretamente quais são os fatores que dificultam ou interferem na expansão da atividade agrossilvipastoril brasileira (RUIZ, 2003).

No que se refere à sua utilização, apenas 11% das terras brasileiras se destinam às culturas anuais, ou seja, para o cultivo das culturas cílicas. As culturas permanentes ocupam apenas 3% da área. É importante destacar que as pastagens nativas ou naturais e as cultivadas ocupam 48% dessas terras. Quanto às florestas e bosques, primários ou secundários, atingem 22%, e os reflorestamentos chegam a apenas 1%. As terras não-agricultáveis e as produtivas sem nenhuma utilização chegam a 12% do total. A análise da estrutura fundiária, por regiões, possibilitou conhecer a percentagem da ociosidade das terras no Brasil. De acordo com Dias (2001), as regiões com maior área ociosa são, pela ordem, a Norte, a Nordeste, a Centro-Oeste, a Sudeste e a Sul.

As propriedades rurais do país, na maioria das vezes, mesmo as localizadas em regiões vocacionadas para a exploração agropecuária, têm baixos índices de ocupação produtiva ou estão totalmente subutilizadas. Muitas estão sob intenso processo de degradação. Essas áreas estão tituladas e registradas, e nem por isto seus possuidores conseguiram transformá-las em unidades eficientes de produção. Por outro lado, em tradicionais zonas lavoura-riais, milhares de empreendedores rurais capacitados, portadores de recursos, estão reprimidos em suas atividades por falta de terras compatíveis com sua capacidade. Outros tantos agropecuaristas profissionais, atuando em diversas regiões do país e utilizando terras próprias, mesmo dispondo de recursos que permitem a ampliação das atividades, mantêm-se exclusivamente dentro dos limites das áreas que possuem, porque desconhecem os meios disponíveis para aparecêrem-se (DIAS, 2001). Dados do IBGE revelam que, em 1996, apenas 7,13% das propriedades rurais faziam algum tipo de arrendamento.

Uma das formas de gestão compartilhada do recurso fundiário, o fomento, se caracteriza por atividades centradas na promoção do desenvolvimento rural, tanto na área florestal como na agropecuária, e tem se mostrado um mecanismo eficiente na ampliação da base florestal para o abastecimento de matéria-prima em empreendimentos dos segmentos madeireiro, de papel, de celulose e de energia. O fomento florestal já integra as ações estratégicas das melhores empresas brasileiras. Os novos passos para sua efetiva consolidação deverão compreender a profissionalização dos serviços, o uso intensivo de tecnologias, a implementação de modelos operacionais para pequena escala, a formação de novos mercados, a criação de cooperativas e o desenvolvimento de empresas especializadas em fomento entre outros. Segundo Oliveira *et al.* (2006), a oferta extra de madeira, proporcionada pelos produtores fomentados, fortalece o mercado regional, além de favorecer as políticas de redução de compra de terras por parte das empresas de base florestal. No caso de florestas plantadas, altos índices de produtividade, aliados à posição geográfica e boa estrutura viária, são elementos que atraem interesses na atividade florestal, seja através de fomento, seja com recursos próprios (SIQUEIRA *et al.*, 2004).

Porém, quando se propõe ao agricultor a exploração econômica de plantios florestais, a resposta da maioria revela preferência por alternativas com retorno mais rápido, pois, afinal, são poucos os produtores suficientemente capitalizados e dispostos a suportar o risco e a espera naturais em investimentos de longa maturação, que variam de 14 a 25 anos. É comum encontrar plantios de *Eucalyptus* e *Pinus* relegados às áreas marginais da propriedade e geralmente tratados como se não fossem "culturas agrícolas" normais (RODRIGUEZ; RODRIGUES, 1999).

Em Santa Catarina, 6,2 milhões de hectares são utilizados por atividades agropecuárias e 1,2 milhões de hectares ainda são de mata nativa, representando 20% do território. Já a pastagem nativa ocupa 27,1% da área total catarinense, a lavoura temporária está em 25,8% das terras, a pastagem plantada representa 6,9% e a área de florestas plantadas representa 1,15% (ICEPA, 2004). De acordo com a mesma fonte, a principal atividade econômica da região serrana é a pecuária, com 1.321.280 ha, seguida pela agricultura com 386.290 ha e pela silvicultura com 209.704 ha.

Na tentativa de induzir a reconversão de atividades atuais da agricultura familiar, o governo desse estado implementou ações, por meio de incentivos aos plantios florestais e através da criação de associações de agricultores para o processamento de produtos, destinando recursos para a antecipação da renda futura do empreendimento (PLANO DE GOVERNO – ESTADO DE SANTA CATARINA, 2001). Para incentivar os plantios florestais, o governo do estado criou o Programa Florestal Catarinense, que possui quatro projetos:

1. Projeto Florestal de Geração de Trabalho e Renda:
Renda Familiar de, no máximo, 2 salários mínimos;
Benefício de meio salário mínimo/mês/família;
Plantio de até 2 hectares de florestas, em 4 anos.

2. Projeto Catarinense de Desenvolvimento Florestal:
Fixado um limite de R\$ 300,00 (trezentos reais) por hectare aos produtores rurais que implantarem em suas propriedades de 1 (um) a 5 (cinco) hectares de florestas em áreas de aptidão de solo das classes III e IV.
3. Projeto Florestal de Integração Produtor Rural e Indústria:
São beneficiários os agricultores das regiões de interesse das indústrias florestais, cooperativas e outras organizações. Os benefícios são de R\$ 200,00/hectare reflorestado, até 5 hectares.
4. Projeto de Geração e de Difusão de Tecnologia:
Projetos técnicos elaborados para a implantação do reflorestamento – cerca de 7 mil;
Assistência técnica para produção de mudas florestais (140 milhões de mudas);
Assistência técnica e extensão rural (10 mil famílias de agricultores).

MATERIAL E MÉTODOS

A área de estudo, definida conforme a distribuição do mercado de madeira e a localização das empresas que a utilizam como matéria-prima na região, compreendeu um raio de até 45 km das instalações das unidades fabris da Indústria Klabin S.A. (Unidade Santa Catarina), nos municípios de Correia Pinto e Otacílio Costa.

Para caracterizar o perfil dos proprietários rurais da área de estudo, foram aplicados 109 questionários, distribuídos de forma aleatória em duas regiões. Esse número foi considerado adequado para representar uma população de aproximadamente 3.800 proprietários. De acordo com Vincent (1998), uma amostragem não deve conter menos que 100 observações, o que pode comprometer os resultados. Também, segundo o autor, amostras com mais de 200 observações não trazem ganhos significativos ao estudo. A primeira das regiões, denominada "Região de Correia Pinto", compreendeu os municípios de Curitibanos, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta, Correia Pinto, São José do Cerrito, Lages e Capão Alto. A segunda é a "Região de Otacílio Costa", composta pelos municípios de Palmeira, Lages, Bocaína do Sul, Otacílio Costa, Bom Retiro e Painel. Dentro desse universo, 55 produtores rurais responderam aos questionários na "Região de Correia Pinto" e 54 na "Região de Otacílio Costa". Durante visita à propriedade, o produtor ou membro da família à frente das atividades desenvolvidas na propriedade respondeu às questões abertas, semi-abertas e fechadas, referentes à sua situação familiar e expectativas para o futuro; práticas agrícolas e manejo florestal; uso de insumos, equipamentos e mão-de-obra; assistência técnica; situação legal da propriedade e posição quanto à ampliação da atividade florestal. Os dados foram sumarizados e analisados com ferramentas de estatística descritiva univariada, através de médias e proporções, e apresentados na forma de tabelas. Essa summarização compreendeu, principalmente, a categorização dos entrevistados em 4 grupos de proprietários: os que praticam a atividade florestal por meio de fomento, de arrendamento, com recursos próprios e aqueles que não apresentam interesse pela atividade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados revelaram que a região está ficando com uma população rural mais idosa, ou seja, os jovens não estão mais permanecendo ou se fixando na zona rural. Verificou-se que 38,4% dos proprietários possuem idade superior a 60 anos, 26,8%, idade entre 50 e 60 anos, 21,4% idade entre 40 e 50 anos e somente 13,4% dos proprietários apresentam idade igual ou inferior a 40 anos.

A grande maioria dos proprietários (81%) reside na propriedade. Aproximadamente 51% das propriedades possuem 50 ha ou menos, 29% entre 50 a 150 ha, 9% de 150 a 300 ha e 11% possuem áreas superiores a 300 ha. A predominância de propriedades com áreas inferiores a 50 ha deve-se ao desmembramento ou partilha de herança.

Os dados indicam que somente 18% dos proprietários já pensaram em abandonar a propriedade rural, sendo que os demais preferem permanecer no campo devido à sua idade avançada e à falta de perspectiva de emprego na zona urbana. Dentre os 18% que já pensaram em abandonar a propriedade, 40% venderiam a área, 50% a arrendariam e 10% não sabem o que fariam com ela.

Dentre os proprietários rurais entrevistados, 39% praticam a atividade florestal em suas propriedades e 61% não. As alegações para não participar da atividade são o pequeno tamanho das propriedades, a falta de incentivo e a falta de informações sobre a atividade, dentre outras. Dentre os 39%

de proprietários que praticam a atividade (Tabela 1), observou-se que 40,9% o fizeram como forma de poupança, 31,8% para utilizarem áreas impróprias para outras atividades agrícolas, 13,6% por acreditarem ser uma atividade de maior retorno, comparada às demais atividades agrícolas desenvolvidas na região, 9,2% por observarem muitos plantios novos nos vizinhos e 4,5% por acreditarem ser uma atividade mais segura. Dentre os 39% dos proprietários que possuem reflorestamentos, 41% o fizeram através de fomento, 16% através de arrendamento e 43% com recursos próprios.

Tabela 1. Por que o proprietário decidiu praticar a atividade florestal?

Table 1. Why did the owner decide to practice forest activity?

Respostas	%
Poupança	40,9
Em área imprópria para outras atividades	31,8
Atividade com maior retorno	13,6
Muitos plantios novos/vizinhos	9,2
Atividade mais segura	4,5
Total	100

Adaptado de Mendes (2005).

Da mesma maneira, 44% dos proprietários recebem algum tipo de assistência técnica para o manejo florestal e 56% não têm acesso a esse benefício. As empresas e entidades mais citadas pelos proprietários como fornecedoras de assistência técnica foram Epagri, Klabin e Battistella. A prática da atividade florestal nas propriedades vizinhas é citada por 78% dos proprietários entrevistados, que afirmaram existir plantios de *Pinus* ssp. nos arredores, comprovando a difusão em larga escala da atividade florestal na região.

A opinião dos proprietários sobre o mercado florestal revela que 73% consideram muito bom ou bom o número de compradores para produtos florestais, 3% acham-no ruim e 24% não souberam responder. Ao mesmo tempo, 42% dos proprietários consideram ruim o número de compradores para produtos agropecuários, 39% acham-no bom e somente 11% o consideram muito bom.

Dentre os 61% de proprietários que não praticam a atividade florestal em suas propriedades, 43% têm algum interesse na atividade e 57% não. Dentre os proprietários que têm interesse (43%), conforme Tabela 2, 62,1% implementaram a atividade como forma de poupança e 37,9% para aproveitar áreas impróprias a outras atividades agrícolas. Dentre os que não se interessam pela atividade florestal (Tabela 2), 28,9% afirmaram ser devido à demora do retorno do investimento, 21,1% por estarem em uma idade avançada, 21,1% devido à propriedade ser pequena e não possuírem mais espaço para as demais atividades, 13,2% porque acreditam que a espécie *Pinus* ssp. “estraga” (seca, danifica com consequências posteriores) o terreno e 10,4% por acreditarem que a atividade florestal utiliza áreas que poderiam ser destinadas a outras atividades agrícolas.

Tabela 2 Índice de interesse na atividade florestal.

Table 2. Forest activity interest index.

Razões do interesse	%
Poupança	62,1
Em área imprópria para outras atividades	37,9
Total	100

Razões do desinteresse	%
Demora para ter retorno	28,9
Idade avançada	21,1
Propriedade pequena	21,1
Estraga o terreno	13,2
Acaba com a área de outras atividades	10,4
Muita gente plantando/muita oferta no futuro	5,3
Total	100

Adaptado de Mendes (2005).

CONCLUSÕES

Os dados obtidos revelaram ser a estrutura fundiária da região predominantemente composta por pequenas e médias propriedades. Devido à idade avançada, os proprietários residem nas propriedades e não pensam em abandoná-las. Com o êxodo rural dos mais jovens, a idade superior a 50 anos da maioria dos proprietários rurais gera a perspectiva de uma oferta crescente de terras na região nos próximos anos, seja para arrendamento, seja para venda. A atividade florestal implantada com recursos próprios ainda é a forma mais utilizada pelos proprietários particulares. A maioria dos produtores entrevistados não tem assistência técnica para o manejo florestal correto. É necessário um trabalho mais efetivo em extensão florestal nessa região. O mercado florestal é considerado mais dinâmico que o mercado agrícola, mas, dentre os produtores que apresentam interesse pela atividade, a maioria a considera uma cultura de retorno de longo prazo. O arrendamento com pagamento anual pode estimular o aumento da atividade florestal na região. Já para as pequenas propriedades, o fomento é uma alternativa interessante, devendo a cultura de *Pinus spp.* ser incentivada em áreas não-agricultáveis e como forma de poupança.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PAINÉIS DE MADEIRA (APIBA). Disponível em: <<http://www.apiba.com.br>>. Acesso em: 14/10/2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio. **Fórum de Competitividade**. Brasília, DF, 2001. 199 p.
- DIAS, Guilherme L. S.; VIEIRA, Cláudio A.; AMARAL, Cicely M. **Comportamento do mercado de terras no Brasil**. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones>>. Acesso em: 18/10/2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Geografia do Brasil: Grande Região Sul**. Rio de Janeiro, 1968. v.4, t. 2, p. 5-45.
- INSTITUTO CEPA – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (ICEPA). **Boletins informativos**. Santa Catarina, 2004.
- MENDES, R. H. **Caracterização do perfil dos proprietários rurais da região do Planalto Serrano Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, 2005.
- OLIVEIRA, P. R. S.; VALVERDE, S. R.; GONTIJO, F. M. Aspectos de relevância econômica no fomento florestal a partir da percepção dos produtores rurais envolvidos. **Revista Árvore**, Viçosa, MG, v. 30, n. 4, 2006.
- PINAZZA, L. A.; ALIMANDRO, R. Em busca de um modelo compatível com o mercado externo, o setor de papel e celulose se reestrutura e se agiliza. **Revista de Agronegócios da FGV**, São Paulo, p 10-11, 2000.
- PROGRAMA FLORESTAL CATARINENSE. **Plano de Governo do Estado de Santa Catarina**. 11/09/2001. Disponível em:< <http://www.sc.gov.br/agricultura>>. Acesso em: 27/10/2004.
- RODRIGUEZ, L. C. E.; RODRIGUES, F. A. Plantios florestais: rentabilidade e visão de longo prazo. **Revista Preços Agrícolas**, Piracicaba, n. 155, p 10-12, set., 1999.
- RUIZ, M. **Fator de Produção Terra**. Disponível em: <<http://www.sociedade digital.com.br>>. Acesso em: 17/10/2004.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE SILVICULTURA: **Setor Florestal Brasileiro**. Disponível em: <<http://www.sbs.org.br/atualidades>>. Acesso em: 17/10/2004.
- SIQUEIRA, J. D. P. *et al*: Estudo ambiental para os programas de fomento florestal da Aracruz Celulose S.A. e extensão florestal do governo do Estado do Espírito Santo. **Floresta**. Edição Especial. Curitiba, v. 34, n. 2, p. 3-67, 2004.
- VINCENT, S. Input data analysis. In: BANKS. J. (Ed.). **Handbook of simulation**. New York: John Wiley and Sons, 1998.